Aviso n.º 11 826/2007**Reclassificações profissionais**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despachos da presidente da Câmara Municipal de Silves de 15, 30 e 31 de Maio de 2007, foram deferidos os pedidos de reclassificações profissionais dos seguintes funcionários:

Rogério Belchior Guerreiro, encarregado de brigada dos serviços de higiene e limpeza, para a categoria de encarregado de serviços de higiene e limpeza do grupo de pessoal auxiliar, nos termos estabelecidos na alínea *d*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Ricardo Jorge dos Reis Nascimento, auxiliar técnico de museografia, para a categoria técnico de 2.ª classe da carreira técnica sem adjectivação, nos termos estabelecidos na alínea *e*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Gracinda da Conceição Correia Luís, cantoneira de limpeza, para a categoria de encarregado de brigada dos serviços de higiene e limpeza do grupo de pessoal auxiliar, nos termos estabelecidos na alínea *e*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Pedro Miguel da Silva Guerreiro, técnico de 1.ª classe da carreira de contabilidade, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de gestão do grupo de pessoal técnico superior, nos termos estabelecidos na alínea *e*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

No cumprimento da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (artigo 41.º), verificou-se a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial nas carreiras/categorias em apreço, conforme comunicações da Direcção-Geral da Administração Pública, transmitidas através das declarações de inexistência n.ºs 6245, 6270, 6247 e 6346.

A nomeação do funcionário Rogério Belchior Guerreiro é em comissão de serviço extraordinária de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

A nomeação dos restantes funcionários é definitiva de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Os funcionários deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*. (Processo não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Junho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611024591

Aviso n.º 11 827/2007**Denúncia de contrato de trabalho a termo certo**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 7 de Junho de 2007, foi aceite o pedido de denúncia do contrato de trabalho a termo certo da técnica superior de 2.ª classe, jurista, a exercer funções no Sector de Acção Social, Vera Cristina André Martins Guerreiro, a partir de 3 de Julho de 2007.

18 de Junho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611024593

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES**Aviso n.º 11 828/2007****Discussão pública da proposta de alteração à operação de loteamento municipal da ZIL II — Sines**

Marisa Rodrigues dos Santos, vereadora da Câmara Municipal de Sines, faz público, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e conforme deliberação da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sines, de 29 de Março de 2007, que se encontra em discussão pública, por um período de 15 dias, contados a partir do 8.º dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*, a proposta de alteração à operação de loteamento municipal da ZIL II, em Sines.

A presente proposta de alteração corresponde à divisão do lote 122 em dois lotes, que passarão a denominar-se lote 122 e lote 122-A e à alteração da denominação dos lotes 1136 e 1136-A, resultante da divisão do lote 1136.

Os interessados poderão, no prazo fixado, consultar a presente proposta de operação de loteamento todos os dias úteis, das 9 horas às 15 horas e 30 minutos, no edifício técnico da Câmara Municipal de Sines, Secção Administrativa de Urbanismo, sito na Estrada de Nossa Senhora dos Remédios, São Marcos, em Sines, e, se o entenderem, apresentar, por escrito, exposições ou formular sugestões relativas à mesma.

19 de Abril de 2007. — A Vereadora com Competência Delegada, *Marisa Rodrigues dos Santos*.

2611024582

Aviso n.º 11 829/2007**Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de gestão de recursos humanos — Estagiário**

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 4 de Junho de 2007, se encontra aberto concurso externo de ingresso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento de um lugar de técnico superior de gestão de recursos humanos — estagiário.

2 — O concurso reger-se-á, nomeadamente, pelos Decretos-Leis n.ºs 238/99, de 25 de Junho, 265/88, de 28 de Julho, 29/2001, de 3 de Fevereiro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

3 — Requisitos gerais de admissão — os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

3.1 — Especiais — poderão ser opositores ao concurso indivíduos possuidores de licenciatura em Gestão de Recursos Humanos.

4 — Forma de ingresso — regime de estágio (artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho).

4.1 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano, findo o qual os estagiários serão ordenados em função da classificação obtida.

4.2 — A frequência do estágio será feita em regime de comissão de serviço extraordinária ou contrato administrativo de provimento, conforme o candidato já possua ou não nomeação definitiva na função pública.

4.3 — A classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples com base nos seguintes factores:

- Classificação do relatório de estágio;
- Classificação de serviço no período de estágio;
- Classificação obtida no conjunto de acções de formação efectuadas.

4.4 — Os estagiários aprovados com classificação não inferior a *Bom* (14 valores) serão providos a título definitivo nos lugares vagos de técnico superior.

4.5 — A avaliação e a classificação final do estágio competem ao júri do estágio, que terá a mesma composição do júri definido para a selecção.

5 — Remuneração e condições de trabalho — o cargo será remunerado pelo escalão 1, índice 321, a que corresponde o vencimento mensal de € 1033,36, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as vigentes para a administração local.

6 — Conteúdo funcional do lugar a prover — despacho n.º 5651/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Março de 2004.

7 — Local de trabalho — toda a área do concelho de Sines.

8 — O concurso é válido para as vagas postas a concurso e cessa com o seu preenchimento.

9 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificou-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme declaração de inexistência enviada através do ofício n.º 3971, de 21 de Maio de 2007.

10 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Mário José Cardoso Moreira, chefe de divisão. Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Francisca Rita Lopes Ferreira, chefe de divisão, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Dr.ª Ana Isabel Campos Lança da Palma Pereira, técnica superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

- Arquitecto Miguel Inácio Félix da Cruz Falcão, chefe de divisão.
- Marina Isabel Raposo Caetano Santos, chefe de secção.

11 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são constituídos por:

Prova escrita de conhecimentos;
Avaliação curricular;
Entrevista profissional de selecção.

a) A avaliação curricular — em cujo âmbito serão considerados e ponderados os factores a seguir enumerados pela seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HL + FP + EP}{3}$$

em que:

HL = habilitações académicas de base;
FP = formação profissional complementar relacionada com a área do lugar posto a concurso;
EP = experiência profissional relevante para o lugar posto a concurso.

b) Prova escrita de conhecimentos, que visa avaliar as capacidades e aptidões dos candidatos face ao perfil de exigências da função, e incide sobre as seguintes matérias:

Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, 15 de Novembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Atribuições e competências das autarquias locais — Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, Declarações de Rectificação, n.ºs 4/2002 e 9/2002, de 6 de Fevereiro e 5 de Março, respectivamente;

Modernização administrativa para melhorar o atendimento ao cliente — Decreto-Lei n.º 135/99, 22 de Abril, com a redacção do Decreto-Lei n.º 29/2000, de 31 de Março;

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Legislação específica:

Recrutamento e selecção de pessoal — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 503/99, de 20 de Novembro, e 70-A/2000, de 5 de Maio;

Regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública — Lei n.º 23/2004.

c) Entrevista profissional de selecção — esta prova visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo apreciadas a capacidade de comunicação e expressão, o sentido crítico e a motivação para o exercício da função e será efectuada em simultâneo com a prova de conhecimentos.

d) Classificação final — a classificação e ordenamento dos concorrentes, resultante da aplicação dos referidos métodos de selecção, será expressa na escala de 0 a 20 valores e será efectuada através da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PEC + AC + EP}{3}$$

em que:

CF = classificação final;
PEC = prova escrita de conhecimentos;
EP = entrevista profissional de selecção;
AC = avaliação curricular.

12 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha normalizada, tamanho A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Sines, podendo ser entregue pessoalmente na Secção Administrativa de Recursos Humanos, dentro das horas normais de expediente, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Sines, Largo de Ramos da Costa, 21, 7520 Sines, expedido até ao termo do prazo fixado, do qual devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, número e data de emissão e validade do bilhete de identidade, bem como a entidade que o emitiu), número fiscal de contribuinte, residência, código postal e telefone;

b) Habilitações literárias;

c) Situação face à função pública, com menção expressa da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo;

d) Menção do concurso a que se candidata, bem como do *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso;

e) Especificação de quaisquer outros elementos susceptíveis de influírem na apreciação do mérito ou de constituir motivo de pre-

ferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

13 — Os requerimentos de emissão deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certificado de habilitações literárias;

b) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte;

c) *Curriculum vitae*;

d) No caso de já ser funcionário declaração passada e autenticada pelo serviço a que se encontrem vinculados os candidatos, da qual conste de forma inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública.

14 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos são punidas por lei.

15 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos e as de classificação final serão afixadas para consulta no *placard* do edifício dos Paços do Município ou no *Diário da República*, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, os candidatos com grau de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60 % têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

16.1 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

É dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo dessa mesma deficiência.

17 — «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação» (despacho conjunto do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade de 1 de Março de 2000).

11 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

2611024347

CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSEL

Aviso n.º 11 830/2007

Reclassificação profissional

Para os efeitos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 12 de Junho de 2007, Estêvão Rosário Mouquinho, cantoneiro, escalão 3, índice 155, foi nomeado em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, mediante o procedimento de reclassificação profissional para a categoria de operador de estações elevatórias (operário altamente qualificado), com posicionamento no escalão 1, índice 199, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 2.º, alínea *e*), 3.º, 4.º e 5.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e 4.º, alínea *e*), 6.º, n.º 1, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir da data da publicação do *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Armando Varela*.

2611024478

Aviso n.º 11 831/2007

O Dr. Armando Jorge Mendonça Varela, presidente da Câmara Municipal de Sousel, faz público que, por despacho de 1 de Junho de 2007, foi celebrado por um ano contrato de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de técnico superior jurista estagiário, grupo de pessoal técnico superior, com início a 15 de Junho de 2007, eventualmente prorrogável por idêntico período, com Teresa Margarida Capela Martins Almeida, escalão 1, índice 321.

15 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Armando Varela*.

2611024479